

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Carteira de Identidade terá tipo sanguíneo

Página 6

Plenário analisa vetos até o dia 1º

Página 6

Magistério cobra revisão de salário

Página 7

Código Ambiental será votado até dia 31

Reunião conjunta de comissões vai analisar projeto, que seguirá no mesmo dia ao plenário

Jonas Lemos Campos



Na Comissão de Constituição e Justiça, deputados conhecem teor do relatório de autoria do deputado Romildo Titon, que votou favorável à matéria

Página 7

Eduardo Guedes de Oliveira



Audiência mobiliza comunidade, que vive no perímetro urbano da cidade

Moradores de Palhoça querem isenção de pedágio

Páginas 4 e 5

Homenagem a Paulo Stuart Wright

Carlos Kilian



Serra e ministro inauguram Memorial Pessoas Imprescindíveis

Página 3

Fraiburgo vai federalizar Centro de Educação Profissional

Páginas 4 e 5

Alberto Neves



Educação reúne professores e alunos para definir destino de instituição

Estado vai indenizar proprietários de animais mortos nas enchentes de novembro

Página 7

OPINIÃO

Uma nova etapa parlamentar

O ano de 2008 foi uma espécie de laboratório na minha caminhada parlamentar: durante quatro meses (junho a setembro), exerci pela vez primeira o mandato de deputado estadual. Agora, no início de março, fui mais uma vez convocado para ser a voz de milhares de catarinenses na Assembleia Legislativa. Retorno à Casa do povo catarinense com duas bandeiras: a reconstrução do Vale do Itajaí e a firme decisão de motivar o poder público numa cruzada pelo combate ao uso de drogas ilícitas.

Quanto ao primeiro desafio, já vai pra quase meio ano da maior calamidade ecológica ocorrida no Brasil e o Vale do Itajaí continua à espera da boa vontade do governo federal quanto ao cumprimento dos recursos prometidos. De fato, das verbas sinalizadas, apenas 16,7% foram efetivamente repassados. Quero, na condição de deputado estadual, contribuir desfazer os nós burocráticos, administrativos, políticos e, so-

bretudo, financeiros, que estão emperrando a reconstrução das cidades atingidas pela tragédia ambiental.

Em relação ao combate às drogas, há também muito que se fazer. Após doze anos à frente de uma casa de reabilitação (Centro Terapêutico Vida), recebo a cada novo dia dezenas de pedidos de internação. É hora do poder público fazer a sua parte. O governo estadual não pode se omitir do seu papel nas diferentes áreas da problemática das drogas: repressão, educação e reabilitação. Pretendo fomentar uma Frente Parlamentar para que façamos uma geografia das drogas em Santa Catarina, sobretudo, levantar dados sobre a participação do Estado na oferta de vagas para a reabilitação de dependentes químicos.

É preciso lembrar que surge no país uma "onda" pela legalização das drogas. Mas, como lembra uma recente matéria da Revista Veja, legalizar pode resultar no au-

mento do consumo de substâncias nocivas à saúde, à vida familiar e social. Mas que isso, a legalização não causaria, como que num toque de mágica, o desaparecimento das máfias de traficantes. Elas continuariam a oferecer um produto mais barato; nem os cartéis seriam desalojados de seus campos de cultivo, como a cocaína pelas Farcs, na Colômbia, e o ópio pelos talibãs, no Afeganistão. Por último, vale lembrar que os países que liberaram as drogas tiveram os locais de consumo completamente degradados - como eu mesmo constatei em visita à Holanda. Com efeito, não há saídas fáceis, mas pessoalmente acredito que a legalização não traz solução.

Com estas bandeiras, espero servir o povo catarinense e honrar os cidadãos que, pelo voto democrático, fizeram-me chegar mais uma vez ao Parlamento estadual.

Deputado Ismael dos Santos (DEM)

A epidemia do século

Um dos mais sérios problemas de saúde pública vem desafiando a chamada era da modernidade: a obesidade mórbida. Segundo levantamento de endocrinologistas, o que parecia antes se tratar de um problema de países como os Estados Unidos da América, hoje desponta como grave caso de saúde pública também no Brasil e, por fatores diversos, inclusive nas regiões menos desenvolvidas do Brasil.

Pelos dados levantados, mais de 52% da população norte-americana é obesa. No Brasil, já ultrapassam a casa dos 32 milhões de pessoas e em Santa Catarina são cerca de 200 mil pessoas.

Também com base em pesquisas médicas, podemos afirmar que nem sempre a obesidade foi encarada como doença: no passado, pessoas muito acima do peso eram consideradas "sinal de

saúde". Esse pensamento começou a modificar-se desde que a medicina passou a perceber que a obesidade poderia levar a sérios riscos à saúde, como a hipertensão arterial, problemas cardíacos, insuficiência cardíaca e morte súbita, arteriosclerose, problemas do fígado e respiratórios. Estudos mostram que os que apresentam obesidade mórbida têm expectativa de vida menor.

É bom lembrar também que os problemas não se limitam à saúde física do obeso mórbido, mas alcançam os problemas de nível psicológico e de nível social.

Portadores de obesidade mórbida têm tendência ao isolamento social, a relações interpessoais mais conturbadas, a uma dificuldade maior de locomoção, de conseguir emprego e muitos apresentam quadro de depressão e ansiedade.

No Brasil, conforme a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica, já existem mais de um milhão de obesos mórbidos, número que duplicou na última década.

Em Santa Catarina obtivemos uma grande vitória com a nossa proposta, aprovada pela Assembleia e sancionada pelo então governador Esperidião Amin, permitindo que obesos mórbidos pudessem realizar cirurgia de redução de estômago pelo SUS.

Podemos afirmar que a obesidade mórbida é, atualmente, um dos maiores problemas de saúde pública no mundo ocidental, atingindo cerca de um terço da população e com aumento progressivo de incidência sendo, por isso, chamada de "a epidemia do terceiro milênio".

Deputado Valmir Comin (PP), 3º secretário da Mesa

Radioamadorismo no Brasil

O livro "Radioamadorismo no Brasil - história e atuação", de Amauri Toccolini Felski, foi lançado, dia 24, no Espaço Cultural Jerônimo Coelho, da Assembleia Legislativa. A obra, segundo o autor, foi concebida como um instrumento de difusão das atividades dos radioamadores do Brasil, dentro dos objetivos do projeto nacional intitulado "A Comunicação e a Cultura Brasileira" no Encontro Internacional de Radioamadorismo.

A obra busca definir o radioamadorismo, sua utilidade e crescimento, assim como a trajetória dos primeiros radioa-

madores brasileiros, bem como a criação das primeiras estações de comunicação. Um rico acervo fotográfico acompanha as informações. Imagens demonstram a evolução das comunicações no país, a montagem de uma estação de última geração e a atuação de radioamadores.

Felski é radioamador e preside a Liga de Amadores Brasileiros de Radioemissão (Labre) de Santa Catarina desde 2002. Tendo exercido várias profissões, o autor é fascinado pela arte da comunicação a distância, que exercita na atividade radioamadorística.

Alberto Neves



Amauri Toccolini Felski, autor do livro, é radiomador e preside liga nacional

[AGENDA]

- **Dia 30, 19h30** - Sessão especial em comemoração aos 100 anos da Assembléia de Deus no Brasil
Local: Plenário
- **Dia 1º, 18 horas** - Seminário "O futuro da água em Santa Catarina: Gestão Integrada de Recursos Hídricos de Tecnologia Educacional da Grande Florianópolis"
Local: Auditório Antonieta de Barros
- **Dia 2, 8 horas** - Seminário "O futuro da água em Santa Catarina: Gestão Integrada de Recursos Hídricos de Tecnologia Educacional da Grande Florianópolis"
Local: Auditório Antonieta de Barros
- **Dia 2, 15 horas** - Comissão de Transportes - Audiência pública para discutir a ação da OHL Brasil e Autopista Litoral Sul
Local: Câmara Municipal de Garuva

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Sessão homenageia Paulo Stuart Wright e mais nove desaparecidos na ditadura

Solenidade organizada pela Caravana da Anistia do Ministério da Justiça integra comemorações dos 30 anos da aprovação da Lei da Anistia, que permitiu retorno de exilados políticos ao país

Rose Mary Paz Padilha

No local que leva seu nome, o Plenarinho Paulo Stuart Wright, na Assembleia Legislativa, autoridades federais e estaduais prestaram homenagem, dia 20, ao ex-deputado estadual Paulo Wright e outros nove catarinenses desaparecidos no período do governo militar. Da homenagem, participaram o governador de São Paulo, José Serra, e o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, ambos expulsos do Brasil na época da ditadura.

A solenidade foi promovida pela Caravana da Anistia do Ministério da Justiça dentro das comemorações dos 30 anos da aprovação da Lei de Anistia, que permitiu a volta dos exilados políticos ao país e a libertação dos presos políticos em 1979.

Nascido em Joaçaba, em 1933, Paulo Stuart Wright teve sua vida pautada na defesa dos direitos humanos. Deputado estadual pelo Partido Social Progressista (PSP), foi cassado pelo regime militar através do Ato Institucional nº 5 – o AI-5. Em 1973, aos 40 anos, foi assassi-

nado pelos órgãos de repressão da ditadura militar. Seu corpo nunca foi encontrado. O filho dele, João Paulo Wright, disse que todas as homenagens prestadas ao seu pai são sempre significativas e recebidas com muito carinho.

Ao rememorar fatos de sua vida, citou lembranças da infância, como quando, com oito anos de idade, ouviu uma conversa entre seu pai e sua mãe sobre a situação política do Brasil. "Pensei que ele estava mexendo com coisa grande e, já adulto, percebi que aquilo que eu considerava grande se transformou em admirar os objetivos grandiosos e a postura louvável do meu pai."

Arquivos

Emocionado, João Paulo pediu empenho das autoridades presentes para que sejam abertos arquivos dos documentos da época do regime militar. "Precisamos recuperar e enterrar nossos mortos, tentar entender o que aconteceu com a vida do meu pai. Não conseguimos descansar e precisamos buscar essa paz,



Filho de deputado assassinado na ditadura, João Paulo Wright (tribuna) pede abertura de arquivos do regime militar

resolver essa mancha política do país", relatou.

O presidente do Parlamento catarinense, deputado Jorginho Mello (PSDB), que também nasceu em Joaçaba, falou do orgulho de ser conterrâneo de Paulo Stuart Wright e do respeito por sua trajetória de vida. "Em nome dos 40 deputados coloco o

Parlamento estadual à disposição da democracia."

Paulo Abraão, que preside a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, afirmou que o evento prestou uma justa homenagem aos que entregaram suas vidas e aos que ainda estão vivos para que o país tivesse a democracia consolidada dos dias atuais. "A

democracia precisa reconhecer esses erros para que não sejam repetidos", enfatizou.

Também estiveram presentes à solenidade autoridades como a senadora Ideli Salvatti (PT/SC), o governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), e o vice-governador, Leonel Pavan (PSDB), além de deputados.

Ministro reverencia heróis

O ministro Paulo Vanucchi disse que a homenagem foi um dos mais importantes eventos em memória dos mortos e desaparecidos. "Para que o Brasil dê mais passos na educação e nos direitos humanos é preciso reverenciar os mortos e desaparecidos como heróis." Em seguida, entregou ao governador Luiz Henrique um exemplar do livro "Direito à

memória, direito à verdade", que conta a história das pessoas que se engajaram para combater o regime militar no país. O ministro sugeriu ao governador a reprodução da obra pela Imprensa Oficial e a distribuição às bibliotecas de Santa Catarina. Sugeriu ainda que o governador considere a possibilidade de criar o Museu Catarinense da Memória.

Carlos Killian



Ministro pede para governador Luiz Henrique criar Museu da Memória

Serra lembra convivência

Em seu discurso, o governador de São Paulo, José Serra, relembrou os períodos difíceis enfrentados contra o regime militar e em favor da democracia brasileira. Serra lembrou da convivência com o companheiro de lutas, Paulo Stuart Wright, e de uma carta que enviou com a recomendação de que o ex-deputado catarinense saísse do país.

"Paulo era um missionário evangélico, que não sabia viver na clandestinidade e que sofria muito por estar longe da família. Não sei se ele recebeu essa carta".

Serra defendeu que o Estado de Direito seja reiterado a cada dia. "Isso tudo faz parte não da minha história, e, sim, do meu presente. Sou tudo aquilo que eu fui e continuarei sendo assim."

Em seguida, o governador Luiz Henrique acrescentou que a luta dos mortos e desaparecidos foi pela liberdade e democracia.

Memorial

Ao final da solenidade, as au-

toridades e o filho de Paulo Stuart Wright, familiares dos mortos e desaparecidos e militantes do período ditatorial participaram da inauguração, na Praça Tancredo Neves, em frente à Assembleia, do "Memorial Pessoas Imprescindíveis", com foto e um breve histórico de Paulo Stuart Wright. Encerrando a solenidade, João Paulo leu o nome dos

dez catarinenses desaparecidos. A cada nome, o público presente respondia com a palavra "presente". São eles: Arno Reis, Divo Fernandes d'Oliveira, Frederico Eduardo Mayr, Hamilton Fernando Cunha, Higino João Pio, João Batista Rita, Luiz Eurico Tejada Lisboa, Paulo Stuart Wright, Rui Pfitzenreuter e Wânio José de Matos.

Carlos Killian



João Paulo, Serra, Pavan e ministro no Memorial de Pessoas Imprescindíveis

INSTITUCIONAL

Fraiburgo decide federalizar Centro de Educação Profissional

Denise Arruda Bortolon

A população decidiu federalizar o Centro de Educação Profissional de Fraiburgo (Ceprof), que será transformado em Centro Técnico Profissionalizante. A decisão foi tomada, dia 19, em audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Pedro Uczai (PT), em Fraiburgo. A reunião esclareceu a situação da Fundação Educacional e Assistencial de Fraiburgo (FEAF) e consultou a população a respeito do destino da instituição.

Com o auditório da fundação lotado de estudantes, professores e representantes da sociedade local e regional, a reunião teve como ponto central a federalização do Cefrov, com cessão de uso por 25 anos para o

governo federal. Em um primeiro momento, o Centro de Fraiburgo será uma extensão da unidade de Videira. Porém, há a perspectiva de ser transformado em sede.

Os primeiros cursos terão caráter profissionalizante com a meta de passarem a nível superior no futuro Instituto Tecnológico. Posteriormente, é prevista abertura de pós-graduação pública e gratuita.

Doação

Para que o centro seja implantado o mais rapidamente possível, a Prefeitura de Fraiburgo já se comprometeu em doar um terreno. No encontro, os participantes também solicitaram mais uma audiência, promovida pela Assembleia Legislativa, para discutir o preenchimento das va-

gas e quais cursos serão abertos. "O acesso tem que contemplar a porcentagem do número de estudantes da escola pública. Se 60% dos alunos são oriundos de escolas públicas, 60% das vagas deverão ser direcionadas a eles", explicou Uczai.

Em resposta ao apelo da população, o representante do Instituto Federal Catarinense, Antônio Cattani Júnior, destacou o interesse do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em aumentar os institutos tecnológicos no país.

"Fala-se na implantação de 500 centros até 2011. Precisou um presidente que não cursou o ensino superior para ter a visão da importância da educação e de uma rede de ensino que sabe dar resposta rápida e com grande eficiência."



Promovida pela Comissão de Transportes, reunião com a comunidade lota dependências do Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Palhoça rejeita cobrança de pedágio na BR-101

Moradores que vivem no perímetro urbano do município encaminham abaixo-assinado cobrando isenção da taxa; empresa garante concessão apenas para veículos oficiais

A cobrança de pedágio no Km 221 da BR-101, no perímetro urbano do município de Palhoça, foi mais uma vez rejeitada por moradores do município, em audiência pública dia 25. O debate, promovido pela Comissão de Transportes, lotou o Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright e atendeu requerimento do deputado Cesar Souza Júnior (DEM).

Também compareceram os deputados Renato Hinnig (PMDB) e Sargento Amauri Soares (PDT), o procurador do Ministério Público Federal, Maurício Pessuto,

o diretor regional da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias (ABCR), João Chiminzazo Neto, o presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, Nazareno Martins (DEM), moradores e entidades de classe. Os representantes do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) não compareceram.

A praça de pedágio em Palhoça é uma das cinco que estão sendo instaladas entre Curitiba e Florianópolis, nas BRs 116, 376 e 101, pela

concessionária espanhola OHL. A empresa arrematou a administração das rodovias por 25 anos em leilão em outubro.

O problema da praça do Km 221 da BR-101, segundo Cesar Souza Júnior, é que está sendo instalada a poucos metros do centro da cidade, o que é rejeitado por quem mora no município e não aceita pagar a taxa. Um abaixo-assinado pedindo a isenção para quem mora em Palhoça foi entregue ao parlamentar. "Muitos dos que moram ao Sul de Palhoça passam várias vezes por dia naquele trecho. Eu mesmo passo

umas 10 vezes ao dia por lá. Imaginem o peso disso no nosso bolso", alertou o presidente da Câmara de Vereadores.

O representante da empresa ABCR disse que cabe à ANTT, como poder concedente, atender às demandas. "Somente ficarão isentos da cobrança os veículos oficiais", afirmou Maurício Pessuto.

Como encaminhamento do encontro, Cesar Souza Júnior disse que vai convocar – e não mais convidar – para uma nova audiência pública, os representantes da ANTT e do DNIT, que

Procurador defende acordo para pôr fim ao impasse

Uma ação popular pedindo que a praça de pedágio não seja instalada em Palhoça já tramita na Justiça Federal desde 2008. O representante do MP, procurador Maurício Pessuto, esclareceu que a busca pelo acordo para o ajuste de interesses é a melhor alternativa.

O procurador federal, a exemplo dos moradores de Palhoça, questionou o local do pedágio. "Queremos saber

os motivos de instalar a praça dentro do município. O contrato não é livre de controle jurídico", alertou Pessuto.

De acordo com o vice-presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, Guido da Luz, a praça de pedágio deveria ter sido instalada na divisa com Paulo Lopes. Ele acrescentou que no local onde está instalada não háanel viário. "Se a Justiça não tomar providências, o povo de

Palhoça vai tomar", alertou.

O representante da Federação das Empresas de Transportes de Cargas no Estado de Santa Catarina (Fetransesc), Júlio Cesar Hess, disse que a categoria está apreensiva com a questão da segurança e com as longas filas que deverão se formar no trecho. "Estamos prevendo que teremos filas até Biguaçu."

Para Sargento Soares, a co-

bração de pedágio é uma decisão política, uma pressão dos organismos internacionais que não é aceita pelos catarinenses. "É um desrespeito aos usuários."

Hinnig, por sua vez, sugeriu que a Prefeitura de Palhoça abra mão de parte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) para custear o pagamento do pedágio, beneficiando os motoristas do município.

Ministro da Pesca entrega equipamentos para 62 municípios

Numa solenidade que reuniu deputados estaduais e federais, senadores, prefeitos, vereadores, pescadores, maricultores e piscicultores, o ministro Altemir Gregolin, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), do governo federal, entregou dia 20, na Assembleia Legislativa, diversos equipamentos destinados ao setor.

No total, 62 municípios foram beneficiados. Entre os equipamentos entregues, destaca para 28 retroescavadeiras, quatro ca-

minhões frigoríficos, 11 fábricas de gelo, duas dragas e 30 telecentros com computadores e outros equipamentos para colônias de pescadores do estado.

O presidente da Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores (CNPA), Ivo Silva, disse que o dia foi histórico para os que trabalham no setor, com o atendimento de antigas reivindicações.

O prefeito de Joinville, Carlito Merss (PT), que falou em nome dos municípios beneficiados,

agradeceu o apoio do ministro à atividade de destaque para economia de Santa Catarina.

Altemir Gregolin disse que os equipamentos destinados ao estado resultam de uma emenda construída com o trabalho de parlamentares e entidades representativas. Afirmou ainda que a secretaria tem política de longo prazo para o setor. "No futuro, o Brasil terá condições de ser um dos maiores produtores de pescados do mundo", concluiu o ministro.



Altemir Gregolin com prefeitos catarinenses beneficiados pela medida, que resultou de uma emenda parlamentar

Ambientalistas pedem saneamento

Representantes de entidades ambientalistas da Capital também foram recebidos pelo ministro Altemir Gregolin. Eles pediram apoio do governo federal para um projeto macro de saneamento básico para a Ilha de Santa Catarina e o continente.

As entidades reivindicam que o projeto seja integrado, com redes

coletoras, estações de tratamento de efluentes e emissários submarinos.

O ministro se comprometeu a pedir uma audiência com o presidente da Casan, Walmor de Luca, e o prefeito de Florianópolis, Dário Berger (PMDB), para tratar do assunto.

"Nossa preocupação é com

o impacto da poluição de Florianópolis e municípios vizinhos sobre a maricultura. Não há futuro na maricultura sem saneamento adequado", afirmou Gregolin. O deputado Padre Pedro Baldissera (PT), presidente da Comissão de Pesca e Aquicultura, informou que a Assembleia vai realizar audiência pública para debater esse assunto.



Estudantes, professores e comunidade acompanham audiência pública promovida pela Comissão de Educação

Irregularidades impediram conclusão de obras

O presidente da Fundação Educacional e Assistencial de Fraiburgo (FEAF/Cefrov), Padre Wilson Maiorki, trabalha à frente da entidade desde 8 de abril de 2008. Conforme informou, algumas irregularidades impediram a conclusão das obras do prédio da fundação.

Para que a instituição tivesse a infraestrutura necessária à implantação dos cursos de Celulose

e Papel, Fruticultura de Clima Temperado, Informática, e Hotelaria e Turismo, o governo federal doou R\$ 2,3 milhões.

A FEAF, entretanto, tem uma dívida de R\$ 600 mil e ainda corre o risco de ter que devolver os recursos advindos do governo federal caso não implemente os cursos propostos no projeto entregue ao Ministério da Educação. "Assumi a direção com o

objetivo claro de fazer com que a fundação continuasse presidiendo uma educação de qualidade, atendendo aos anseios da população de Fraiburgo. A melhor situação para o Cefrov é a sua federalização. É o melhor caminho, uma vez que supera o projeto inicial, que era de 50% de gratuidade. Com a federalização será totalmente gratuito", explicou Padre Wilson.



Em conversa com representantes de entidades, ministro demonstra preocupação com futuro da maricultura

GERAL

Vetos serão apreciados até 1º de abril

Dificuldade de líderes de bancada em alcançar consenso retira mensagens da pauta de votação

Rodrigo Viegas

As seis mensagens de veto previstas para serem apreciadas durante a sessão do dia 24, na Assembleia Legislativa, acirraram debate no plenário e acabaram sendo retiradas da pauta. A dificuldade entre os líderes das bancadas em alcançar um consenso provocou uma série de manifestações, e ficou definido o dia 1º de abril como data-limite para a votação dos vetos aos projetos de lei aprovados pelos deputados estaduais.

As matérias vetadas pelo governador foram o Projeto de Lei nº. 332/07, de autoria do deputado Marcos Vieira (PSDB), que aborda a proteção e defesa dos consumidores de combustíveis; o PL nº. 149/07, do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que autoriza o Executivo a instituir o Programa de Assistência Psicológica aos Servidores da Segurança Pública; o PL nº. 061/07, de autoria do deputado Pedro Uczai (PT), que institui o Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade em Santa Catarina; o PL

nº. 320/08, do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB), que denomina de José Lino Franzen o prédio que abriga a Casa da Cidadania de Leoberto Leal; o Projeto de Lei Complementar nº. 027/08, também de Peninha, que aumenta a licença maternidade de 120 para 180 dias para servidoras públicas estaduais; e o PLC nº. 026/07, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP), que institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste catarinense, da Foz do Rio Itajaí, da Região Carbonífera e de Tubarão.

Foi justamente o PLC das Regiões Metropolitanas que gerou o dilema em torno da retirada ou não das mensagens de veto. O presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), estipulou a votação de todos ou nenhum dos vetos, "para não haver favorecimentos desta ou daquela matéria", justificou.

Espera

Preocupado com a protelação,



Eduardo Guedes de Oliveira

Entre os projetos vetados, estão um de autoria de Vieira, dois de Peninha, um de Uczai e um de Kennedy

"que está atrasando os trabalhos do Legislativo", o deputado Kennedy cobrou a análise da matéria de sua autoria e argumentou: "A base do governo está esperando que o Executivo encaminhe o projeto que institui as regiões metropolitanas, mas não podemos ficar parados esperando". A proposta do governo deve aumentar o nú-

mero de regiões metropolitanas, em relação ao PLC do parlamentar progressista. Daí a intenção da espera.

Quando tudo se encaminhava para a votação, o deputado Gelson Merísio (DEM) salientou a importância de se conhecer o projeto do Executivo antes do exame do veto. O democrata evidenciou

que a proposta transcende esta ou aquela bancada e irá contribuir para o desenvolvimento de todo o estado. Da mesma forma, o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), destacou a necessidade de flexibilização por parte do autor e a disposição do Executivo em acelerar o encaminhamento da matéria.

Enfermeiros cobram redução de jornada de trabalho

Carlos Kilian



Enfermeiros pedem ajuda do Parlamento catarinense para a luta

Profissionais da enfermagem lotaram o plenário, dia 24, para entregar carta ao presidente da Casa, deputado Jorginho Mello (PSDB), pedindo que os parlamentares catarinenses solicitem ao Congresso Nacional a aprovação do Projeto de Lei nº. 2295/2000, que regulamenta a jornada dos profissionais da enfermagem brasileira, reduzindo a carga horária.

De acordo com o projeto de lei, a carga horária deve ser reduzida de 40 para 30 horas semanais, sem reflexos salariais.

Nesse sentido, a deputada Ana Paula Lima (PT) apresentou moção ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, à presidente do Fórum

Parlamentar Catarinense, Ideli Salvatti (PT), e aos líderes dos partidos políticos no Congresso Nacional, pedindo apoio e empenho na aprovação do projeto.

Segundo a deputada petista, "a enfermagem é o principal alicerce de todas as políticas públicas ligadas à saúde. Por isso a necessidade de regulamentação da jornada de trabalho, permitindo aos profissionais o efetivo estabelecimento de uma política de valorização da profissão".

A proposta recebeu apoio da Associação Catarinense de Enfermagem e da Associação Brasileira de Enfermagem, que tiveram seus associados e presidentes presentes no Plenário. A proposta recebeu apoio de todas as bancadas.

Finanças dá aval à Semana de Educação para Cidadania

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou, dia 25, o Projeto de Resolução nº 13/07, que cria a Semana de Educação para Cidadania, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, a ser celebrada na primeira semana de dezembro de cada ano.

Com a aprovação, a data passa a integrar o calendário oficial da Escola do Legislativo e tem objetivo de difundir as ações desenvolvidas pela escola. O projeto do deputado Joares Ponticelli (PP) recebeu parecer favorável do deputado Manoel Mota (PMDB).

A Comissão deu também novo encaminhamento ao Projeto de Lei nº 605/07, que será transformado em moção ao governo federal. De autoria do deputado Darci de Matos (DEM), o projeto visa instituir o registro de máquinas e implementos agrícolas tornando obrigatória a instalação de chip de identificação e localização dos equipamentos. A proposta recebeu parecer contrário da Professora Odete de Jesus (PRB), acatado por todos, sob alegação de gerar custos ao Estado.

Dados sanguíneos na identidade

O Parlamento aprovou, dia 24, projeto que inclui os dados sanguíneos na Carteira de Identidade emitida pelo órgão de identificação de Santa Catarina. Com a sanção do governador, a Secretaria de Segurança Pública – órgão expedidor – fica obrigada a incluir o tipo sanguíneo e o fator RH no documento.

O Projeto de Lei nº 46/07, do

deputado Kennedy Nunes (PP), tem objetivo de facilitar e ampliar o trabalho das equipes de salvamento e emergências dos hospitais do estado. De acordo com o autor, a identificação servirá para agilizar transfusão de sangue nos acidentes de trânsito. "As equipes de salvamento terão dados mais precisos para o primeiro atendimento que muitas vezes é fundamental."

CCJ autoriza projeto do Judiciário

Na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), dia 24, um projeto de origem do Poder Judiciário alimentou debate, sendo aprovado através do voto vista dos deputados Marcos Vieira (PSDB) e Joares Ponticelli (PP). O projeto define critérios para assegurar a vantagem pessoal nominalmente identificável aos servidores daquele poder.

O servidor que tiver exercido ou vier a exercer cargo em comissão ou função de confiança do Poder Judiciário, mesmo que em substituição, terá adicionado ao vencimento do cargo efetivo, como vantagem pessoal nominalmente identificável, o valor equivalente à diferença entre o vencimento do cargo efetivo e o do cargo comissionado, ou o valor da função de confiança.

Código Ambiental entra na reta final

Projeto mais complexo do ano deve ser votado nas comissões no dia 31, indo a plenário

Andreza de Souza

Na tentativa de construir um consenso em relação ao projeto de lei do Código Ambiental, o deputado Romildo Titon (PMDB), relator da matéria, abriu novo espaço para o entendimento. Um encontro foi realizado no dia 25, entre as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Finanças e Tributação, de Agricultura e Política Rural e de Turismo e Meio Ambiente, mas sem avanço em relação às pendências. Titon já havia apresentado, dia 23, na reunião da CCJ, o relatório e voto favorável ao projeto. No dia 31, a matéria será votada na reunião conjunta das comissões, seguindo a plenário.

O Projeto de Lei nº 238/08, que engloba 26 leis estaduais, recebeu 216 emendas, 144 somente da bancada do PT. Aproximadamente 50% do total foram acatadas e as demais serviram para ajustes no processo. O fato é que, desde março do ano passado após dar entrada na Casa, e mesmo depois das 10 audiências públicas, o Código Ambiental continua movimentando o Legislativo, seja nas reuniões das comissões técnicas, seja nas sessões.

No centro da polêmica está o limite das Áreas de Preservação Permanente (APPs), debatido entre os parlamentares no encontro do dia 25 por mais de duas horas, sem concordância. A legislação federal determina que seja preservado um trecho de 30 metros nas margens dos rios. No relatório, Titon diferenciou o recuo de acordo com o tama-



Titon apresentou relatório e voto favorável a projeto na reunião do dia 23 da Comissão de Constituição e Justiça

nho da propriedade. As pequenas, de até 50 hectares, ficam com um limite mínimo de cinco metros. Para as demais, o menor recuo será de 10 metros, podendo variar de acordo com estudos técnicos elaborados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), que justifiquem a adoção de novos parâmetros. Já o presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Casa, deputado Décio Góes (PT), defendeu a regulamentação do uso sustentável das APPs.

Diálogo

Conforme o parlamentar, alguns pontos que geravam desen-

tendimentos foram resolvidos, como o artigo que tratava do parcelamento do solo, suprimido pelo relator.

Outro tema proposto no PL através de um substitutivo global é o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, que obedece ao princípio conservador-receptor e possibilita aos proprietários que possuem áreas onde o ecossistema natural está presente a prestar serviços ambientais à sociedade e ao meio ambiente, podendo ser remunerados pela sua manutenção e aprimoramento de recursos naturais - proteção da água, do solo, da biodiversidade.

Este ponto, contestado pelos deputados do PT, é considerado

pelo relator como um dos grandes avanços da matéria. Nela está prevista a regulamentação pelo Executivo num prazo máximo de 180 dias. "Não temos nada que garanta o envio do documento pelo governo, e se ele não o fizer, vamos ficar sem esse instrumento de cobrança", frisou Góes.

A complexidade da peça era de conhecimento de todos os parlamentares e interessados, principalmente de Titon, que teve a responsabilidade de conduzir o projeto encaminhado pelo Executivo. "Não tinha a menor dúvida das polêmicas que seriam geradas. Meu voto foi fruto de amplos diálogos tentando buscar um entendimento comum", disse.

Góes reconhece avanços, mas quer mudança

Na sessão do dia 26, o deputado Décio Góes (PT) retomou a defesa de pontos que, para ele, não estão contemplados na proposta do Código Ambiental. O parlamentar reconhece o avanço que houve na discussão do Código Ambiental, devido ao esforço do relator, deputado Romildo Titon (PMDB).

Para Décio, não há na proposta tratamento diferenciado entre os pequenos e grandes produtores. "Se é verdade que 90% das propriedades são de pequenos agricultores familiares, é verdade também que estes ocupam apenas 40% do território catarinense." A sugestão da sua bancada é que este ponto seja flexível a exemplo da lei federal, que é sensível às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).



Góes: pontos não contemplados

Venzon e Deba cobram obras nos portos

Os deputados Adherbal Deba Cabral (PMDB) e Serafim Venzon (PSDB) estiveram na tribuna, dia 26, cobrando a retomada da dragagem para aprofundar o calado dos portos de Itajaí e Navegantes, prejudicados com as enchentes de novembro passado. O problema vem fazendo com que os portos atuem com apenas 50% da capacidade.

Segundo os parlamentares, a empresa chinesa que estava realizando a obra paralisou os serviços por falta de pagamento. Os recursos são do governo federal e fazem parte dos valores anunciados para auxiliar Santa Catarina na recuperação dos problemas causados pelas chuvas.

Indenização para animais mortos

A presidente do Fórum Parlamentar Permanente de Solidariedade e pela Reconstrução das Cidades Atingidas, deputada Ana Paula Lima (PT), e o deputado Adherbal Deba Cabral (PMDB) estiveram dia 25 na Secretaria de Estado da Agricultura com uma comitiva de produtores rurais de Ilhota e Gaspar, dois dos municípios mais atingidos pelas enchentes de novembro. Eles receberam a notícia de que os agricultores que cadastraram na Epagri seus animais mortos em consequência das chuvas receberão indenização em abril.

Na reunião, os moradores pediram ajuda para agricultores, maquinário para a limpeza dos terrenos e a criação de um fundo de aval para garantir empréstimo nos bancos. O secretário Antônio Ceron lembrou que o governo



Na reunião com Ceron, moradores cobram maquinário para limpeza

centralizou as ações na Defesa Civil e no Grupo Reação. Ele se prontificou a marcar audiência com o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o secretário de Desenvolvimento Regional de

Blumenau, Paulo França, o Parlamento, a Defesa Civil, o Grupo Reação e comunidade. Esclareceu que as prefeituras podem fazer convênios para contratar equipamentos.

Magistério quer revisão anual de salários

Representantes da Associação Catarinense de Professores (ACP) estiveram na Assembleia dia 26 realizando uma manifestação silenciosa em favor da revisão anual de salários. As professoras abraçaram o plenário.

Segundo o deputado Joares Ponticelli (PP), o artigo 35 da Constituição determina que o governo estadual realize anualmente a revisão de salários. Ele anunciou que o PP prepara Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) exigindo que o Executivo reponha as perdas. A iniciativa tem apoio do PT. Em nome dos governistas, o deputado Serafim Venzon (PSDB) destacou que já foram iniciadas conversas no sentido de chegar a uma solução.

COMUNIDADE



Eduardo Guedes de Oliveira

Público lota galerias para acompanhar cerimônia marcando aniversário da capital catarinense

Sessão solene destaca 283 anos de Florianópolis

Solenidade promovida pela Câmara Municipal presta homenagem a 43 personalidades, dos quais quatro deputados

A Câmara Municipal de Florianópolis, presidida pelo vereador Gean Loureiro (PMDB), realizou dia 23, no plenário da Assembleia Legislativa, sessão solene que comemorou os 283 anos da Capital. Na ocasião, 43 personalidades de diferentes setores e atividades foram homenageadas com o Título de Cidadão Honorário de Florianópolis, Medalha de Mérito do Município e Medalha de Mérito Francisco Dias Velho – honrarias concedidas a quem destacou Florianópolis nos cenários estadual, nacional e internacional.

Quatro deputados estaduais estavam entre os homenageados: o presidente da Assembleia Legislativa, Jorginho Mello (PSDB), e Professor Sérgio Grandó (PPS) receberam o Título de Cidadão Honorário, enquanto Julio Garcia

e Cesar Souza Júnior, ambos do DEM, conquistaram a Medalha de Mérito do Município.

O vereador João Aurélio Valente (PP), em nome dos legisladores municipais, lembrou dos primórdios de Florianópolis, quando ainda era denominada Nossa Senhora do Desterro, dos primeiros habitantes, dos costumes preservados até hoje, das diferentes etnias que habitam a Ilha de Santa Catarina, do crescimento desenfreado e dos desafios para o futuro. “Meu apelo é de responsabilidade de todos para que Florianópolis continue sendo esta maravilhosa terra”, afirmou.

Em nome dos homenageados falou o desembargador recentemente aposentado, Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho. Ao destacar a terra acolhedora, com

suas belezas naturais e qualidade de vida, reiterou a necessidade de compatibilizar a preservação do meio ambiente com o progresso. “É preciso que trabalhemos para o bem e a grandeza de Florianópolis”.

O prefeito da Capital, Dário Berger (PMDB), disse que a “cidade mais querida do Brasil” tem passado por grandes transformações e que ainda há muitos desafios pela frente. “Peço desculpas pelo que não consegui realizar. É hora de recomeçar, de olhar para o futuro”.

Ao encerrar a sessão solene, o presidente da Câmara, Gean Loureiro, agradeceu a todos os homenageados e parabenizou Florianópolis pelos seus 283 anos. “Torço para que nossa cidade se desenvolva cada vez mais”.

Os homenageados

Cidadão Honorário de Florianópolis

- Albino Cachambu Pain
- Antonio dos Santos
- Avelino Alcebiades Alves
- Cléo Reis Quaresma
- José Maria dos Santos Rosário
- Hugo Biehl
- Newton Ramos (in memoriam), representado por Antonio Ramos
- João José Cândido da Silva, representado por Verônica da Silva
- Deputado estadual Jorginho Mello (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa
- José Carlos Ferreira Rauen
- Deputado estadual Professor Sérgio Grandó (PPS), representado por Sérgio Grandó Júnior
- Senador Raimundo Colombo (DEM/SC)
- Renato Suslik Igor
- Zulmar Antonio Acioli de Vasconcellos

Medalha de Mérito Francisco Dias Velho

- Ernesto Francisco Damerou
- Ivonete Souza Soares
- João Benjamim da Cruz Junior
- Juceimar Soares (in memoriam), representado por Juceimar Filho
- Luiz Carlos Silva
- Luiz Henrique Silva
- Paulo Ávila da Silva
- Roberto Henrique Barreiros Silva
- Desembargador Solon D’Eça Neves
- Valdir Vargas
- Valdomiro Lukoff
- Vinicius Lummertz Silva

Medalha de Mérito do Município

- Ademar Arcângelo Cirimbelli
- Antonio José da Silva
- Deputado estadual Cesar Souza Júnior (DEM)
- Clotildes Fernandes Campregher
- Demóstenes Dimatos
- Francisco Atanagildo da Cunha
- Desembargador aposentado Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
- Gilberto dos Passos Aguiar
- Jaime José Barcelos
- Deputado estadual Julio Garcia (DEM), representado pelo deputado Cesar Souza Júnior (DEM)
- Luiz Nápoli
- Padre Luiz Prim
- Ptolomeu Bittencourt Junior
- Maria de Lourdes da Costa Gonzaga
- Moisés Martins
- Samir Machado
- Wilmar Pereira Filho

Os jornalistas Mário Jorge e João Almeida, da região dos Açores, que visitam a Capital, também receberam homenagem da Câmara de Vereadores durante a sessão solene do aniversário de Florianópolis.